PERIÓDICOS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. I - N.° 18

11 DE NOVEMBRO DE 1977

GOMES FREIRE 24 XI 77 DR-RIO

BRASIL CORREIO Cr$ 00,30 10 416

BIBLIOTECA KARL A BOEDECKER
ESCOLA DE ADM DE EMPRESAS
FGV ATT TANIA RODRIGUES MENDES
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SÃO PAULO SP

Biblioteca

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

AGROANALYSIS é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR Paulo Rabello de Castro

QUADRO TÉCNICO Ailton Coentro Filho
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Roberto Moreno Moreira

José Marcos Lemos Fochi
Moema Unis Benevides
Regis Norberto da Cunha Alimandro

Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Inês Teresa Lyra
Itazil Fonseca Benício dos Santos
Ivan Wedekin

DOCUMENTAÇÃO Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v. I – , n. 1 – ; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola.
v. ilust. 30cm Quinzenal

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola.

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. I nº 18 11 de novembro de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Arroz Brasileiro: política do governo - estagnação tecnológica - instabilidade da produção (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Avicultura: crescentes investimentos no Oriente Médio são motivo de alerta às nossas possibilidades de exportação (pág.13)

Leite: constantes modificações do padrão do leite de consumo arruinarão a qualidade do produto (pág.15)

Têxteis: falta de alternativas de mercado para o Brasil (pág. 16)

Trigo: a quebra de safra e o baixo preço externo devem provocar revisão da política, sem criar desânimo (pág. 17)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Arroz: Retrospecto e perspectivas do mercado mundial de arroz; possibilidades do Brasil (pág. 20)

Agroanalysis	Rio de Janeiro	v.1	n.18	p.1-29	nov. 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ANÁLISE DA QUINZENA

Arroz Brasileiro: política do governo - estagnação tecnológica - instabilidade da produção.

O mercado de arroz no Brasil, por atender a parcela substancial da dieta da população de baixa renda, defronta-se permanentemente com diversas formas de controle de preços. A presença constante da mão governamental em todas etapas e lances do jogo de mercado tem sido considerado pelo setor orizícola, como fator impeditivo de melhor estruturação do mercado tanto no setor produtivo como no da comercialização.

Do ângulo específico da produção, a cultura do arroz é caracterizada pelo fenômeno denominado "dualidade técnica"do processo produtivo. Cerca de 25% de nossa produção provêm de cultura irrigada, em sua quase totalidade explorada no Rio Grande do Sul, onde predomina uma tecnologia de produção mais sofisticada e um sistema de comercialização melhor estruturado. Os restantes 75% originam-se da cultura de arroz de sequeiro, distribuída pelos demais estados brasileiros, com significativa concentração em Goiás e Mato Grosso, que respondem em média por 30% da produção nacional. O sistema sequeiro, de menor complexidade técnica e,por isso mesmo, mais baixo custo por unidade de área, apresenta pontos negativos no que diz respeito à produtividade (Gráfico 18.A), padronização da produção e à sensível dependência de fatores climáticos. Essas desvantagens podem ser inferidas, de forma direta ou indireta, da fraca correlação dos estímulos de produção (preços e crédito) com as quantidades produzidas (Tabela 18.A).

A cultura do arroz desempenha também papel destacado como elemento auxiliar da expansão da fronteira agrícola. Os

GRÁFICO 18.A

PRODUTIVIDADE DA CULTURA DO ARROZ EM ESTADOS SELECIONADOS (kg/ha) - 1960/76

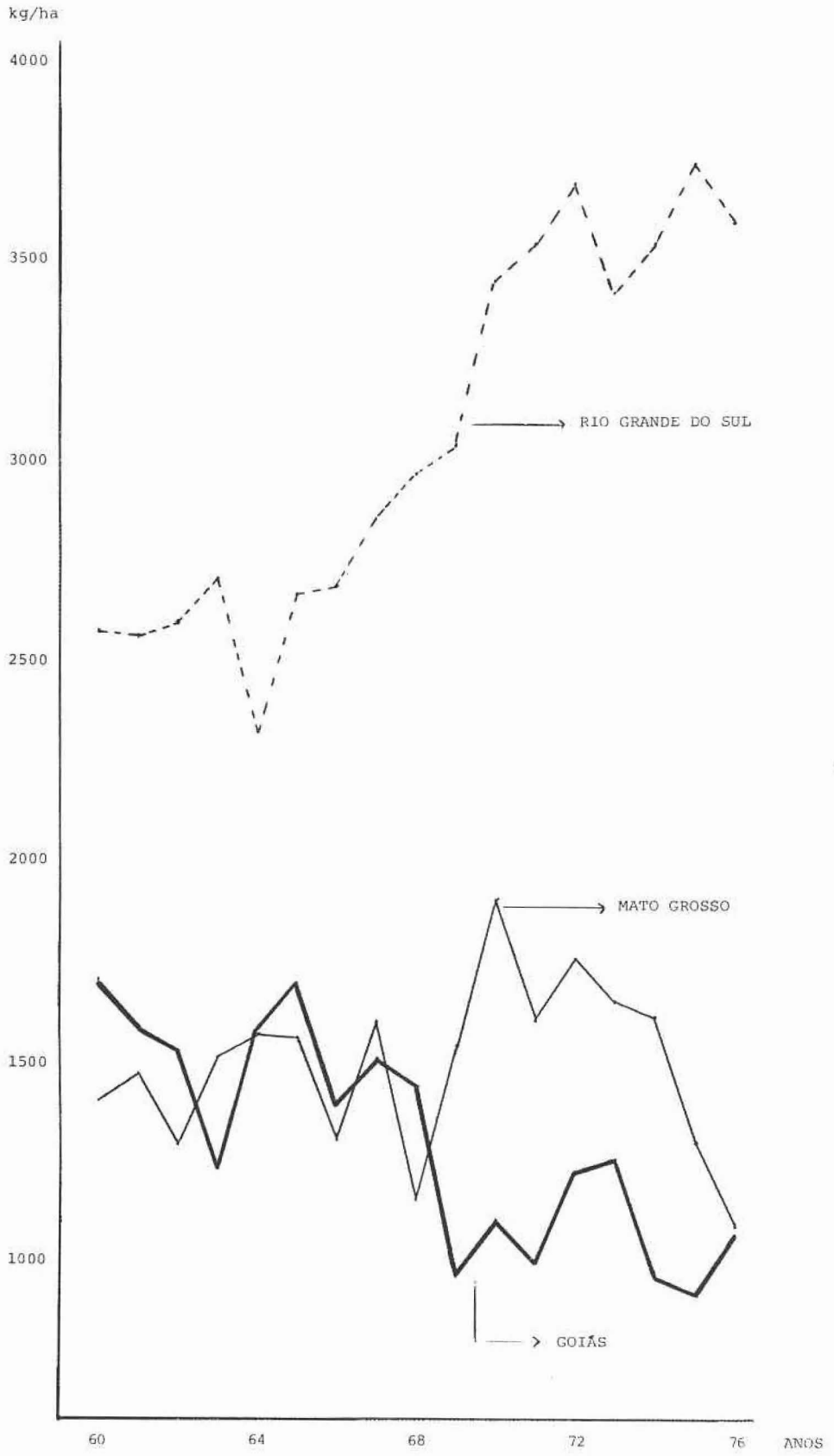


TABELA 18.A

PRODUÇÃO, PREÇOS RECEBIDOS E CRÉDITO

1969/76

	ANOS	PRODUÇÃO (t)	PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR (Cr$/60Kg)	CRÉDITO DE CUSTEIO EM Cr$ 1.000 (Valores Reais) 1/			
				ARROZ	PECUÁRIA	SOJA	AGRICULTURA + PECUÁRIA
RIO GRANDE DO SUL	1969	1.353.673 (100,0)	69,28 (100,0)	769.874 ((37,5))	232.088 ((11,3))	209.572 ((10,2))	2.052.420 ((100))
	1970	1.543.197 (114,0)	69,28 (100,0)	665.954 ((28,6))	167.138 ((7,2))	306.564 ((13,2))	2.326.942 ((113))
	1971	1.519.507 (112,2)	77,94 (112,5)	737.832 ((23,7))	213.036 ((6,8))	593.210 ((19,0))	3.113.270 ((152))
	1972	1.613.370 (119,2)	95,26 (137,5)	880.722 ((20,8))	284.048 ((6,7))	834.824 ((19,7))	4.238.204 ((206))
	1973	1.433.872 (105,9)	86,60 (125,0)	1.199.410 ((21,8))	539.518 ((9,8))	1.593.440 ((28,9))	5.504.296 ((268))
	1974	1.550.000 (114,5)	103,92 (150,0)	1.542.346 ((20,3))	449.454 ((5,9))	2.790.252 ((36,8))	7.589.624 ((370))
	1975	1.700.000 (125,6)	155,89 (225,0)	1.914.726 ((17,1))	1.548.408 ((13,8))	3.553.198 ((31,6))	11.225.958 ((547))
	1976	1.850.000 (136,7)	95,86 (138,4)	2.304.269 ((20,0))	835.601 ((7,3))	4.297.165 ((37,3))	11.504.944 ((560))
GOIÁS	1969	915.003 (100,0)	95,26 (100,0)	434.732 ((63,8))	61.486 ((9,0))	9.526 ((1,4))	681.542 (100)
	1970	1.217.591 (133,1)	77,94 (81,8)	256.336 ((43,7))	62.352 ((10,6))	22.516 ((3,8))	586.282 (86)
	1971	973.446 (106,4)	121,24 (127,3)	227.758 ((25,7))	83.136 ((9,4))	24.248 ((2,7))	887.650 (130)
	1972	1.182.550 (129,2)	112,58 (118,2)	333.410 ((34,1))	122.106 ((12,5))	49.362 ((5,0))	976.848 (143)
	1973	1.165.880 (127,4)	103,92 (109,1)	501.414 ((40,1))	168.004 ((13,4))	95.260 ((7,6))	1.250.504 (183)
	1974	958.944 (104,8)	129,90 (136,4)	950.002 ((48,7))	323.018 ((16,5))	71.878 ((3,7))	1.951.964 (286)
	1975	868.237 (94,9)	164,54 (172,7)	1.549.274 ((45,3))	994.168 ((29,1))	38.104 ((1,1))	3.418.968 (502)
	1976	1.319.458 (144,2)	95,05 (99,8)	1.064.973 ((37,2))	424.171 ((14,8))	69.577 ((2,4))	2.860.779 (420)
MATO GROSSO	1969	389.666 (100,0)	86,60 (100,0)	159.344 ((50,3))	77.074 ((24,3))	3.464 ((1,1))	316.956 ((100))
	1970	616.991 (158,3)	69,28 (80,0)	135.096 ((44,8))	53.692 ((17,8))	10.392 ((3,4))	301.368 ((95))
	1971	512.041 (131,4)	103,92 (120,0)	167.138 ((45,8))	88.332 ((24,2))	19.052 ((5,2))	364.586 ((115))
	1972	694.424 (178,2)	103,92 (120,0)	232.088 ((44,1))	108.250 ((20,6))	50.228 ((9,6))	525.662 ((166))
	1973	782.457 (200,8)	103,92 (120,0)	260.666 ((39,5))	123.838 ((18,8))	97.858 ((14,8))	659.026 ((208))
	1974	813.507 (208,8)	121,24 (140,0)	575.024 ((49,7))	310.894 ((26,9))	114.312 ((9,9))	1.156.110 ((365))
	1975	1.003.149 (257,4)	155,88 (180,0)	1.507.706 ((53,9))	953.466 ((34,1))	146.354 ((5,2))	2.796.314 ((882))
	1976	1.626.828 (417,5)	88,44 (102,1)	1.796.786 ((62,9))	386.836 ((13,5))	369.665 ((12,9))	2.857.084 ((901))

( ) números índices

(( )) participação percentual no total do crédito ao setor

1/ deflacionado pelo IGP, col. 2 - 1976=100

Fonte: FIBGE, CFP, IRGA e BACEN

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

fatores que levam o desmatador à escolha desse cereal para a primeira e transitória exploração "post-mortem" da mata são três, a saber:

1) simplicidade do processo produtivo;
2) baixos custos por unidade de área em terras novas e
3) boa resposta em termos de produtividade ao solo recém-desmatado.

A esses fatores, deve ser acrescentado a generosidade dos créditos oriundos do POLOCENTRO nos últimos três anos.

O caráter secundário do papel desempenhado pela cultura do arroz é evidenciado pela sua pronta substituição na área desmatada, via de regra, por pastagens ou, ainda, por outra cultura propícia à região.

Em relação à cultura de sequeiro, a sua estreita dependência de fatores climáticos dificulta a previsibilidade da produção final. Essa dependência, ao influenciar a quantidade produzida, interfere obviamente nos níveis de preços e na remuneração dos produtores. Ademais, como já foi evidenciado no início, por se tratar de produto de vital importância para o abastecimento interno, as intervenções governamentais limitam a lucratividade dos orizicultores em época de escassez (via tabelamento ou importação), muito embora garantam a compra da produção (por preços não compensadores, segundo os produtores), quando as safras são abundantes. Ao longo dos anos, os resultados dessa política têm sido: do lado do governo - elevado ônus financeiro; do lado do produtor - manutenção da baixa produtividade pelo baixo retorno na adoção de técnicas sofisticadas que neutralizem a inexorabilidade dos fatores climáticos.

No outro pólo, o produtor de arroz irrigado depara-se com sérias restrições à substituição da exploração arrozeira por outra atividade agrícola, quando as condições de mercado lhe são

desfavoráveis. Os fatores dessa inflexibilidade de movimento são o ponderável volume de capital investido no sistema de irrigação, a especificidade do uso do maquinário e a precária adaptabilidade de outras culturas às terras anteriormente irrigadas. Uma exceção a esse último fator ocorre, em escala reduzida, com a soja que pode ser explorada nos patamares mais elevados. Assim, na busca da compatibilização dos custos de produção com os preços de mercado pouco satisfatórios, o produtor reduz as despesas com tratos culturais, o que evidentemente tem efeitos negativos sobre a produtividade. O Gráfico 18.A indica essa assertiva: a uma elevação da produtividade nos estados centrais, que significa bom nível de oferta no país e, consequentemente, preços baixos do cereal, segue-se uma queda na produtividade gaúcha.

Por sua vez, o agricultor dos estados centrais tem geralmente propriedades de exploração mista - pecuária e arroz - sendo a primeira a sua atividade principal. Decorre daí que, sendo a pecuária o sustentáculo real da empresa, a ela se destinam os maiores investimentos, ficando a melhoria tecnológica do arroz relegada.

Na outra extremidade da questão, o arroz tem se constituído, nos últimos anos, em válvula de escape para o consumidor de baixa renda, pelos preços relativamente baixos que o controle governamental propicia. No entanto, essa contemplação ao consumidor seria salutar, se não viesse em detrimento do setor produtivo, cuja lucratividade limitada induz à permanente estagnação tecnológica.

Ademais, o arroz é um produto de baixa elasticidade-preço da demanda, o que pode ser percebido pelas pequenas variações do consumo per capita em comparação às grandes oscilações de produção e preços (Tabela 18.B). Este fato constitui um agravante quando ocorrem excedentes provenientes de super-safras, obrigando o governo a arcar com custos de estocagem e exportações subsidiadas.

Assim, produtores, e consumidores brasileiros

TABELA 18.B

BRASIL: INDICADORES DE OFERTA E DEMANDA DE ARROZ

1969/1976

ANO	PRODUÇÃO BRASIL (t)	CONSUMO * PER CAPITA Kg/ano	EXPORTAÇÃO (t)	IMPORTAÇÃO (t)	PREÇO INTERNO 1/ VALOR REAL: BASE-76 Cr$/60 kg	PREÇO INTERNACIONAL VALOR REAL: BASE-76 US$/t	PREÇO MÍNIMO sc/50 kg	
							Real 2/	Nominal
1969	6.354.285 (100)	46,60 (100)	70.178 ((1,1))	152 ((0,0))	233,82 (100)	305,63 (100)	69,28	15,01
1970	7.553.383 (119)	46,89 (101)	94.968 ((1,3))	27 ((0,0))	190,52 (81)	236,14 (77)	60,62	16,58
1971	6.593.179 (104)	45,44 (98)	148.830 ((2,3))	1.513 ((0,0))	251,14 (107)	167,21 (55)	69,28	22,12
1972	7.824.231 (123)	47,59 (102)	1.898 ((0,0))	9.187 ((0,1))	242,48 (104)	190,88 (62)	77,94	30,00
1973	7.160.127 (113)	45,48 (98)	33.398 ((0,5))	10.983 ((0,2))	242,48 (104)	481,05 (157)	86,60	37,00
1974	6.482.920 (102)	44,33 (95)	56.598 ((0,9))	536 ((0,0))	303,10 (130)	598,25 (196)	103,92	57,00
1975	7.537.589 (119)	41,90 (90)	2.556 ((0,0))	84.947 ((1,1))	355,06 (152)	361,65 (118)	103,92	71,00
1976	9.560.389 (150)		27.385 ((0,3))	16.894 ((0,2))	205,95 (88)	244,23 (80)	100,00	100,00

1/ preço no atacado do arroz beneficiado no Estado de São Paulo

2/ deflacionado pelo IGP, col. 2 - 1976=100

* os dados referem-se a médias móveis com centro no ano indicado

( ) números índices

(( )) participação percentual na produção brasileira

Fonte: FIBGE, SUPLAN, FAO, CFP

Elaboração. Grupo de Informação Agrícola

são afetados negativamente pela grande instabilidade da produção do arroz. Do lado dos produtores, a permanente sujeição a riscos financeiros. Para os produtores de arroz sequeiro, como já foi esclarecido, esses riscos advêm de forte dependência dos fatores climáticos. No caso dos produtores de arroz irrigado, cujos níveis de produção são mais estáveis, os riscos financeiros provêm paradoxalmente da instabilidade da produção do arroz de sequeiro. Por ser responsável por três quartos da produção brasileira, uma safra abundante de arroz de sequeiro implica em queda dos preços e, consequentemente, na inibição da lucratividade dos produtores de arroz irrigado, cujos custos de produção por área são nitidamente mais elevados. Do outro lado, os consumidores se vêem,permanentemente, às voltas com o espectro das crises de abastecimento.

Ainda do ângulo da produção, no plano do arroz irrigado, o produtor não vê a consubstanciação de seu objetivo, vez que o volumoso investimento que realizou para tornar sua produção mais estável não é remunerado de forma satisfatória. Similarmente, no setor do arroz de sequeiro, o produtor não encontra razão para implantar uma tecnologia de produção mais moderna que coiba o risco de quebra de safra.

Encontramo-nos, pois, frente a um círculo vicioso: a produção é instável, gerando preços e remuneração instáveis, o que, por sua vez, impede o aperfeiçoamento do sistema produtivo de modo a reduzir essas oscilações.

Do ponto de vista da distribuição geográfica da cultura, as taxas médias de crescimento anual da produção por estados (Tabela 18.C) evidenciam a redução da produção em regiões com maiores opções de plantio. No estado do Mato Grosso, por exemplo, a produção do cereal obteve um crescimento médio anual da ordem de 18%, enquanto São Paulo e Minas Gerais reduziram significativamente sua produção. Este fato é, em grande medida, explicado

pela baixa remuneração média apresentada nos últimos anos, que estaria provocando o deslocamento da cultura para terras novas ou de menor valor econômico. O relativo crescimento atingido no Paraná é devido principalmente à liberação de terras de cafeeiros geados. Este fato, somado aos grandes volumes de recursos originários do POLOCENTRO para expansão da fronteira agrícola, explicam a grosso modo a supersafra de 76.

TABELA 18.C

TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO 1/ POR ESTADO

1969/1976

PR	RS	SP	MG	MA	MT	GO	BRASIL
9,99	2,92	-4,78	-5,48	3,03	17,79	0,26	2,84

1/ as taxas assinaladas refletem o crescimento entre as médias dos períodos 69/71 e 74/76.

Fonte: FIBGE
Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

Como se não fossem suficientes os problemas gerados para o produtor pelas deficientes estruturas de produção e de comercialização, o produto foi colocado em regime de tabelamento, como resposta à elevação de preços em fins de 75, permanecendo nessa situação até fins deste ano. A situação de abundância de oferta que se seguiu, teve como consequência a redução do preço do produto no atacado. A queda esperada do tabelamento, em função das novas condições de mercado no entanto, não ocorreu. A redução dos preços, advinda da pletora de oferta, permitiu aos grandes varejistas não só o cumprimento do limite estabelecido pela tabela, mas também a obtenção de significativos lucros na comercialização final. Assim, pelo fato de ser produto de consumo

popular, o arroz que gerava tradicionalmente margem restrita de lucro aos supermercados, sendo por isso encarado como "produto chamariz", passou a contribuir significativamente para os lucros daqueles estabelecimentos, obviamente em prejuízo do consumidor brasileiro.

Outra consequência da manutenção da tabela é o crescente volume de recursos que o governo se vê forçado a alocar para financiar a comercialização do produto. A instabilidade da produção obriga-o também a manter um volumoso estoque de segurança, sob pena de ter os índices inflacionários afetados pela redução da quantidade ofertada.

Em conformidade com a tradição da política agrícola brasileira, patrocinadora de soluções imediatistas, os efeitos da instabilidade da produção do arroz têm sido, ao longo dos anos, contornados via preços e por eventuais participações no mercado internacional (Tabela 18.B). Assim, em anos de safras abundantes, os excedentes exportáveis nem sempre conseguem no mercado internacional preços capazes de cobrir os custos de produção. Se, no entanto, as condições climáticas não são favoráveis, ocorre uma redução de oferta, contornável por suportáveis elevações de preços no mercado interno ou por eventuais aquisições no mercado internacional.

Essas episódicas participações no mercado internacional, além de não solucionarem os problemas da produção, colocam-nos frente a esse mercado em posição indefinida: ora somos exportadores, ora importadores. Em consequência, essas participações esporádicas e bi-direcionadas no mercado internacional inibem a possibilidade de apropriação dos ganhos decorrentes de um maior conhecimento desse próprio mercado.

Por outro lado, o mercado internacional (ver Notas Estatísticas) tem seu volume de comercialização anual estagna

do em 7 milhões de t há quinze anos, não sendo portanto promissor, a ponto de justificar investimentos públicos elevados que possibilitem nossa participação. Além disso, o fato de seu centro operacional estar localizado em Bangkok constitui fator limitativo a uma participação mais efetiva do Brasil, devido à distância.

Voltando às condições internas de produção, sente-se que as soluções imediatistas que, no correr do tempo, vêm sendo praticadas, têm favorecido a perpetuação da estagnação tecnológica da cultura, fator permanente da instabilidade da produção.

Na reformulação da política de concessão de crédito aos orizicultores estaria o caminho para se atingir o aperfeiçoamento tecnológico. Em áreas de produção "fixas" (Maranhão, Goiás, etc), desde que possuidoras de condições topográficas propícias e disponibilidade de água para irrigação, a implantação de tecnologia avançada deveria ser incentivada, ao mesmo tempo em que se procuraria desativar a produção de arroz de sequeiro nessas regiões selecionadas. Quanto à expansão da fronteira agrícola, é essencial que um crescente número de projetos considere o arroz como objetivo final de desmatamento e não, como agora, mera cultura póstuma e passageira da mata. É necessário verificar também em que medida a benevolência dos créditos explica a desmedida elevação da área plantada, com prejuízos significativos à produtividade, qualidade do produto e renda dos orizicultores tradicionais. O fato é que, por essas razões, a crescente dependência aos níveis de preços mínimos tem acarretado custos sociais cada vez mais elevados.

Em relação à próxima safra, praticamente em todos os estados deverá ocorrer redução da área plantada, consequência direta dos maus resultados da comercialização das últimas safras. Por outro lado, à exceção dos estados com maiores opções de plantio onde deverá se acelerar o processo de substituição (São Paulo, por exemplo, deverá reduzir a área de arroz em 40%), as reduções não deverão

atingir proporções muito elevadas. A redução no Rio Grande do Sul deverá atingir de 10 a 15% da área no máximo, em virtude, mais do atraso do plantio pelo excesso de chuvas do que pela opção voluntária do produtor. As previsões mais pessimistas indicam que a safra 77/78 deverá se situar próximo de 7,5 milhões de t que, somadas aos estoques governamentais (estimados em 1 milhão de t) e às disponibilidades privadas, deverão ser suficientes para o abastecimento interno.

Enfim, apesar de todos os problemas enfrentados pelos orizicultores, caso as condições climáticas nas regiões produtoras sejam favoráveis, o próximo ano será um período relativamente tranquilo, em relação à oferta do cereal.

Na verdade, porém, devido à grande suceptibilidade da cultura a problemas climáticos, o resultado final só será conhecido a posteriori, isto é, quando a safra estiver colhida.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** AVICULTURA

Os países do Oriente Médio vêm-se notabilizando como crescente mercado importador, reflexo dos elevados ganhos em suas receitas de exportação, a partir do final de 1973. De produtos agrícolas particularmente, as importações daqueles países cresceram de US$ 2,3 bilhões em 1972 para US$ 10 bilhões em 1976 (10% da receita obtida com a venda de petróleo), devendo atingir, em 1977, cerca de 11 bilhões de dólares. Para os próximos cinco anos, as estimativas anunciam a possibilidade de crescimento das importações agrícolas à taxa anual de 10-15%.

No setor específico da avicultura, as compras daqueles países vêm seguindo o mesmo comportamento: praticamente dobraram entre 1974 e 1976, ano em que adquiriram da Comunidade Econômica Européia cerca de 150 mil t de carne de aves. No primeiro semestre de 1977, as vendas da CEE ao Oriente Médio foram superiores às do mesmo período do ano passado, mesmo enfrentando a concorrência mais intensa promovida pela Argentina, Brasil, EUA e países da Europa Oriental - estes, principalmente, pela redução do seu mercado tradicional com a recente expansão da produção avícola soviética (aumento de 17%, no período de junho 76-junho 77). As vendas norte-americanas de frangos para o Oriente Médio alcançaram, em 1976, o faturamento recorde de US$ 33,9 milhões contra apenas US$ 2,3 milhões de 1975.

Na busca do retorno de alguns petrodólares, o Brasil tem procurado aumentar sua participação no mercado do Oriente Médio. Em 1976, praticamente toda a exportação de frangos (19,6 mil t) destinou-se àquele mercado. No entanto, estrangulamentos no

serviço de navios frigoríficos e a precariedade da infraestrutura portuária dos países importadores têm trazido transtornos aos contratos brasileiros, comprometendo a meta governamental de exportar 50 mil t em 1977.

A despeito do Oriente Médio constituir-se num mercado promissor para os próximos anos, a longo prazo as suas potencialidades devem ser encaradas com cautela, haja vista os altos investimentos que aqueles países vêm efetuando no sentido de desenvolver sua própria avicultura industrial. Como resultado dessa política, a firma alemã Lohamann AG - Cuxhaven, inaugurou recentemente no Iraque dois novos complexos avícolas, cada qual com capacidade de produção de 6 milhões de frangos e matrizes por ano. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se projetos também em outros países daquela região, tanto para aves de corte como de postura.

Obviamente, devido à necessidade de importação de matéria-prima para rações e às adversas condições climáticas da região, os custos da produção avícola em tais países não deverão ser competitivos. Por outro lado, o investimento proporcionará emprego para uma população que cresce, a taxas elevadas, como o Kuwait e os Emirados Árabes Unidos (taxas superiores a 9% ao ano), pela crescente imigração atraída por melhores oportunidades de emprego.

Assim, o planejamento de longo prazo da política comercial brasileira deve considerar a necessidade de diversificação dos mercados para os excedentes da produção brasileira de aves. Uma alternativa poderia ser uma maior agressividade sobre os mercados da América Latina e da África. Medidas de incentivo ao maior consumo interno de carne de aves também devem ser consideradas, já que possibilitariam liberar parte da produção de carne bovina, de valor mais elevado, para a exportação.

.*** LEITE

Indefinições quanto ao percentual de aumento do preço do leite ao consumidor e quanto ao teor de gordura (mínimo desejável de 3%) retardam a fixação das novas determinações, referentes ao produto.

Os preços em discussão situam-se entre Cr$ 4,00/litro, proposto pela área fazendária e Cr$ 4,10, pela indústria. Esta última se diz impossibilitada de operar com preço inferior ao pleiteado, uma vez que o atual de Cr$ 3,90 acrescido de Cr$ 0,22 (correspondentes a 1% de gordura) perfazem Cr$ 4,12 por litro o que, por arredondamento, resulta nos Cr$ 4,10 desejados.

A margem atual de operação de indústria fica entre os preços de Cr$ 3,20 pago ao produtor, que será mantido, e Cr$ 3,90, preço de venda ao consumidor nos grandes centros urbanos. Este último corresponde ao leite magro com 2% de gordura, "produto" originado da resolução de se retirar 1% de gordura do leite tipo C para fabricação de manteiga. A margem de intermediação aparente das indústrias é de Cr$ 0,70 por litro, que somada aos Cr$ 0,22 referentes à venda do diferencial de 1% de manteiga e Cr$ 0,25 do subsídio de transporte perfazem, no final, Cr$ 1,17/litro. Resumindo, o que a indústria reivindica é Cr$ 0,20 do aumento nos preços ao consumidor e a volta dos tradicionais 3% de gordura.

Desde que se diminuiu o teor de gordura de 3% para 2%, como forma de aumentar a margem de intermediação das usinas, os estoques de manteiga vêm aumentando. Após um período de alta, seus preços começaram a experimentar baixa, a partir de julho. Com a entrada da safra e restrição de importação de leite em pó, cujo processo de reidratação é forte consumidor da manteiga proveniente do leite tipo C, a tendência ao acúmulo deste produto será maior. A indústria, ciente destes fatos, quer trocar a incerta venda do excesso da

manteiga, por Cr$ 0,20, que seriam transferidos ao consumidor. Releva mostrar que, anteriormente, as indústrias reduziram em Cr$ 0,10 os seus ganhos para desengorduramento do leite em 1% e que, na atualidade, pleiteam o dobro para o processamento do leite normal de 3% de teor de manteiga.

A alternativa de lançamento de sub-tipos de leite com teores de gordura diversos, que seriam comercializados a diferentes níveis de preço, agravaria a situação, tanto na área operacional da indústria como no setor de fiscalização. Como decorrência, o maior prejudicado será o consumidor final, pelo aumento de possibilidade de ocorrência de fraudes.

*** TÊXTEIS

Iniciadas na segunda quinzena de outubro, desenvolvem-se ainda as negociações para renovação por mais quatro anos do Acordo Multifibras (MFA). Caso se concretize, a renovação, prevista para dezembro, se fará provavelmente acatando a proposta dos EUA que faculta o estabelecimento de acordos bilaterais paralelos ao MFA, sempre que a competição de similares externos prejudicar as indústrias dos países importadores.

Um acordo nesses termos não nos interessa em virtude dos prejuízos na receita cambial que advirão para o país, caso haja restrições individuais às importações do produto brasileiro. Por esse motivo, a atual posição brasileira consiste em buscar de imediato, acordos bilaterais com os países da CEE, antecipando-se a um eventual agravamento dos problemas de desemprego, das indústrias têxteis européias o que poderia resultar em obstáculos à participação brasileira.

Lamentavelmente, entretanto, o Brasil dispõe de escasso poder de influência na discussão desses acordos bilaterais

com os países da CEE. Neste sentido, um bom exemplo é a posição da Alemanha Ocidental, que, esquecida dos frequentes pronunciamentos contra o protecionismo, se diz incapaz de modificar as decisões da CEE em relação ao Brasil, apesar da importância de que desfruta no seio da Comunidade e do peso do Acordo Nuclear nas negociações entre os dois países.

Assim, as exportações de produtos têxteis para a CEE deverão sofrer redução sensível. A questão é tanto mais grave quando sabemos que os principais países exportadores de têxteis terão suas receitas cambiais comprometidas, face à necessidade de participação em acordos semelhantes. Como resultado, aumentará a competição no atendimento dos mercados alternativos à CEE, nos quais Hong-Kong, Formosa e Coréia do Sul - principais exportadores - deverão elevar suas participações em detrimento de outros exportadores (inclusive o Brasil).

Paralelamente à política protecionista da CEE, a Central Sindical das Industrias Têxteis e Vestuários norte-americana vem acusando o Brasil, dentre outros pequenos exportadores têxteis, de estar violando a legislação sobre taxas alfandegárias de "compensação", ao conceder subsídios aos seus produtos têxteis exportados. A consequência de pressões dessa natureza será a imposição de taxas alfandegárias extras, dificultando ainda mais a entrada de nossos produtos têxteis nos EUA.

A situação descrita acima não é, pois, alentadora no que respeita às exportações brasileiras nos próximos anos.

*** TRIGO

Em 31/3/74, o Ministério da Agricultura divulgou suas metas referentes à produção brasileira de trigo, definindo-se pela adoção de uma política que conduzisse à auto-suficiência do

país no ano de 1979, com uma área cultivada entre 3,6 a 4 milhões de ha e uma produção de 5 a 5,5 milhões de t.

A necessidade de aliviar o balanço de pagamentos do peso das compras de trigo gerou,porém, um dispendioso subsídio ao consumo interno. A justaposição do volume de recursos destinados ao subsídio,ao fracasso de duas colheitas subsequentes, além da simultânea erosão dos preços internacionais do cereal, fortaleceram os pontos de vista daqueles que, céticos em relação ao projeto da auto-suficiência, defendem o atendimento ao mercado interno através de importações.

As notícias mostram que a frustração da colheita deste ano será em escala possivelmente maior do que o fracasso das duas safras passadas. A observação dos números chegados do campo mostra que a quebra na produção gaúcha será bastante elevada, superando os 60%. Caso a safra do Rio Grande do Sul não alcance 600.000 t (como anunciam as previsões mais pessimistas), a produção brasileira cairá a 2 milhões de t e as importações terão que superar os 4 milhões de t.

No Paraná, a situação é mais favorável e a expansão da cultura no Estado, além de sublinhar a excepcionalidade da crise abatida sobre a lavoura gaúcha, aponta dois dados merecedores de atenção para a triticultura nacional: o alcance do objetivo previsto para 1979 em termos de área plantada, e a permanência da distância das metas de produção. A conclusão a que se chega, é que as variedades cultivadas não são totalmente adaptadas às condições ecológicas ou não escapam às adversidades climáticas,nos seus períodos críticos. Uma possível alternativa para a minimização dos resultados adversos e, consequentemente, dos altos custos de produção, seria o zoneamento ecológico em função das variedades de sementes até agora desenvolvidas. As áreas com respostas positivas em termos de produtividade seriam contempladas com recursos favoráveis, ao invés de se

ter o trigo difundido por vastas extensões de terra, às quais não está devidamente adaptado. A expansão do plantio em áreas não tradicionais, após os ensaios experimentais de variedades, também deve ser incentivada, haja vista os excelentes resultados que vêm sendo obtidos, em pequena escala, em áreas do cerrado brasileiro.

O comportamento das cotações internacionais do trigo, em lenta recuperação, não aconselha a confiança na permanência da favorabilidade do mercado aos importadores. O decreto que preconiza a redução de 20% na área plantada nos EUA e as quebras de safras de outros grandes produtores são fatores de modificação da trajetória dos preços, acelerando sua ascensão e, indiretamente, recomendando aos países importadores o não abandono de seus projetos de aumento da produção de trigo.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

As exportações mundiais de arroz, em torno de 7,5 milhões de t beneficiadas (Tabela 18.D), mantiveram-se praticamente constantes ao longo dos últimos quinze anos, correspondendo a cerca de 3% da produção total.

Nesses três quinquênios, a produção mundial aumentou cerca de 50% (Tabela 18.E) resultando num estreitamento cada vez maior do mercado importador já que os produtores-importadores ficaram mais próximos da auto-suficiência.

Os principais países produtores mantiveram a sua participação na produção mundial, com exceção de Bangladesh, Japão e Indonésia. Bangladesh foi o único país onde a produção não cresceu, diminuindo sua participação no total mundial. Por falta de recursos não pode, contudo, fazer compras substanciais no mercado internacional (Tabela 18.F).

Por sua vez, o Japão vem diminuindo sua participação internacional em termos de produção. Tal fato é de se esperar uma vez que tendo elasticidade - renda de demanda negativa, um aumento desta acarreta diminuição do consumo per capita do produto, que é substituído por alimentos mais nobres. Ao Japão, não interessa produzir para exportar, pois os seus custos de produção não são competitivos. No período de 1970-75, este país retirou-se gradualmente do mercado exportador (Tabela 18.G).

Finalmente, a Indonésia foi o único grande produtor de arroz que aumentou a sua participação na produção mundial, duplicando a sua produção em quinze anos. Continuou, contudo, a ser responsável por quase 10% das importações mundiais (Tabela 18.F). En

tretanto, os programas internos em desenvolvimento indicam uma possível aproximação da auto-suficiência na produção.

Ainda no plano internacional, os países ocidentais desenvolvidos, a URSS e os países europeus de planificação central foram responsáveis no período de 1973/75 pela exportação de 2,9 milhões de t, contra uma importação de 1,5 milhão de t. Isto os coloca na posição de exportadores líquidos de 1,4 milhão de t.

Na Tabela 18.H observa-se que os países desenvolvidos produziram, neste período, apenas 7,1% da produção mundial, mas contribuiram com 31,2% das exportações, com destaque especial para os EUA e a Itália que têm participação substancial no mercado exportador. Esta situação é bastante diversa da que se verifica nos países em desenvolvimento que produzem prioritariamente para o autoconsumo.

Por outro lado a China, maior produtor e exportador de arroz do mundo dedica menos de 3% de sua produção à exportação. Entretanto, os novos dirigentes chineses, interessados em maior abertura comercial do país, poderão surpreender o mercado internacional, com exportações de vulto de arroz.

Em virtude das frustrações de safra ocorridas no período 1969/73, os preços do arroz no mercado internacional alcançaram um patamar elevado nos anos 73 e 74, estimulando os países exportadores a produzirem mais arroz.

É de se crer, contudo, que as três consecutivas safras recordes mundiais deveram-se principalmente às excelentes condições climáticas, coadjuvadas pelo plantio de novas variedades e maior utilização de fertilizantes e defensivos. Isto pegou de surpresa o setor de comercialização internacional que não esperava resposta tão efetiva dos países produtores.

No Brasil, depois de duas safras excepcionais com grandes excedentes - tendo a última alcançado a produção superior a 9 milhões de t - o mercado externo foi cogitado como o caminho natural para este excesso de produção. Como solução foi aventada até mesmo a necessidade de se fixarem cotas de exportação com o objetivo de criar mercado externo para o arroz.

Na medida em que possamos utilizar o custo atual da produção brasileira de arroz (em torno de US$ 350-380) como indicador de custos em 73/74, e comparando-se com os preços vigentes no mercado internacional naquela época (Tabela 18.D), conclui-se que a participação na comercialização externa nos anos 73 e 74 poderia ser realizada sem subsídios. Porém, à exceção destes dois anos, os custos internos devem ter sido geralmente superiores ao preço internacional.

A alternativa brasileira de entrar decisivamente no mercado exportador com arroz sofisticado através de industrialização se defronta com a Itália e os EUA, peritos nesta sofisticação e tradicionais exportadores. Os EUA controlam dois mercados distintos: o Mercado Comum Europeu - que seria o mercado potencial para para o produto brasileiro - e o mercado político decorrente da distribuição do arroz através do mecanismo denominado PL 480. No Brasil, ao contrário, a exportação é circunstancial e este tipo de industrialização tem caráter pioneiro.

Ademais, a distância que nos separa da Ásia, principal mercado importador, é muito grande. Vale ressaltar ainda que a América Latina, que geograficamente seria o mercado mais favorável, é importador líquido de apenas 180 mil t de arroz.

A Tabela 18.I fornece uma série de preços dos quatro principais alimentos em termos de fontes energéticas para alimentação: arroz, trigo, açúcar e milho, onde compara-se a possí

vel substituição entre esses produtos. Observa-se como as variações de preços ocorrem com frequência no mesmo sentido para todos os produtos, indicando a existência de substituição.

No corrente ano, quando a produção mundial de arroz deverá ser ligeiramente inferior ao recorde da safra anterior, não se deve esperar melhorias substanciais de preços. Além disso, com estoques acumulados no período anterior (Tabela 18.J), a perspectiva é a de manutenção dos preços baixos, ou no máximo, uma pequena recuperação. Assim, as exportações brasileiras são inviáveis, a não ser que se recorra a vultosos subsídios, com exceção dos tipos "quebrados" que são exportados para a África e que têm cotação internacional semelhante à do mercado interno.

TABELA 18.D

MERCADOS INTERNACIONAIS DO ARROZ

PREÇOS E VOLUMES TRANSACIONADOS

1960/77

ANOS	PREÇO 1/ US$	VOLUME 2/ 1.000 t	ANOS	PREÇOS 1/ US$	VOLUME 2/ 1.000 t
1960	225,10	—	1969	305,63	6.529
1961	255,74	—	1970	236,14	7.558
1962	286,34	—	1971	167,21	7.695
1963	269,49	7.244	1972	190,88	7.200
1964	256,87	7.511	1973	481,05	7.400
1965	252,89	7.898	1974	598,25	7.600
1966	293,98	7.366	1975	361,65	7.300*
1967	342,45	6.908	1976	244,23	7.200*
1968	354,42	6.320	1977	240,00*	7.300*

* Previsão

1/ Deflacionado em valores de set/76

2/ Arroz beneficiado

Fonte: CFP, COMMODITY YEARBOOK - RICE MARKET NEWS

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

Tabela 18.E

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE ARROZ EM CASCA

1961/76

(Em 1.000.000t)

ANO	CHINA	ÍNDIA	BANGLADESH 1/	INDONÉSIA	JAPÃO	TAILÂNDIA	BRASIL	OUTROS	TOTAL
1961/65	83,2	52,7	16,9	12,7	16,4	11,3	6,1	53,7	253,0
1966	88,0	45,7	16,4	14,0	16,6	13,5	5,8	55,0	255,0
1967	92,0	56,4	19,0	13,7	18,8	11,2	6,8	59,2	277,1
1968	91,0	59,6	20,1	15,2	18,8	12,4	6,7	61,4	285,2
1969	94,0	60,6	21,6	16,2	18,2	13,4	6,4	64,0	295,4
1970	100,0	62,5	22,0	16,8	16,5	13,7	7,6	67,7	306,8
1971	108,0	64,6	18,3	13,7	14,2	13,8	6,6	61,2	306,4
1972	105,2	58,9	15,1	13,0	15,4	12,4	6,8	63,8	295,6
1973	112,0	66,1	17,9	21,5	15,8	14,9	7,2	67,8	323,2
1974	115,2	60,4	16,9	22,7	16,0	13,4	6,5	69,9	321,0
1975	116,5	70,5	18,5	23,1	17,1	15,1	7,7	75,4	343,9
1976	113*	68,0*	17,8*	22,5*	15,3*	15,5*	9,5*	79,6*	341,2*

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES PRODUTORES NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE ARROZ EM CASCA

1961/76

(Em %)

ANO	CHINA	ÍNDIA	BANGLADESH 1/	INDONÉSIA	JAPÃO	TAILÂNDIA	BRASIL	OUTROS	TOTAL
1961/65	32,9	20,8	6,7	5,0	6,5	4,5	2,4	21,2	100,0
1966	34,5	17,9	6,4	5,5	6,5	5,3	2,3	21,6	100,0
1967	33,1	20,4	6,9	4,9	6,8	4,0	2,5	21,4	100,0
1968	31,9	20,9	7,0	5,4	6,6	4,4	2,3	21,5	100,0
1969	32,1	20,5	7,3	5,5	6,2	4,5	2,2	21,7	100,0
1970	32,5	20,4	7,2	5,5	5,4	4,5	2,5	22,0	100,0
1971	35,5	21,1	6,0	6,1	4,6	4,5	2,2	20,0	100,0
1972	35,6	19,9	5,1	6,1	5,2	4,2	2,3	21,6	100,0
1973	34,6	20,5	5,5	6,7	4,9	4,6	2,2	21,0	100,0
1974	35,8	18,8	5,3	7,1	5,0	4,2	2,0	21,8	100,0
1975	33,9	20,5	5,4	6,7	5,0	4,4	2,2	21,9	100,0
1976	33,2*	19,9*	5,2*	6,6*	4,5*	4,5*	2,8*	23,3*	100,0

* Previsão

1/ Inclui o Paquistão

Fonte: TRADE YEARBOOK - FAO, ETEA/MA - FIBGE

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

TABELA 18.F

PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE ARROZ EM CASCA

1970/75

(Em 1.000 t)

PAÍS	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Índia	583	540	301	264	110	237
Senegal	119	188	170	192	175	150
Cuba	199	280	256	201	276	270
Bangladesh	510	348	681	391	60	200
Camboja	1	18	58	105	200	80
Hong Kong	344	371	458	426	315	327
Indonésia	956	509	734	1.863	1.132	693
Irã	6	60	92	12	154	305
República da Coréia	770	1.007	750	335	360	499
Malásia Ocidental	272	148	122	185	223	130
Filipinas	-	370	456	336	166	135
Arábia Saudita	202	200	125	110	170	220
Singapura	294	306	377	239	164	147
Vietnã do Sul	559	137	276	304	306	10
Sri Lanka	545	339	268	344	297	465
Vietnã do Norte	890	1.250	1.100	1.400	1.100	1.300
França	91	101	127	154	154	151
República Federal da Alemanha	170	180	155	164	154	145
Inglaterra	126	148	129	142	129	138
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	323	332	280	154	194	279
BRASIL	-	2	9	11	-	17
Outros	2.002	2.417	2.266	2.502	2.963	2.419
TOTAL	8.962	9.251	9.190	9.834	8.802	8.517

Fonte: TRADE YEARBOOK - FAO

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

TABELA 18.G

PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE ARROZ EM CASCA

1970/75

(Em 1.000 t)

PAÍS	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Egito	654	515	456	298	136	104
Estados Unidos da América	1.740	1.477	2.036	1.630	1.726	2.136
BRASIL	95	149	2	33	67	3
Burma	640	810	511	144	208	400
China	1.830	2.158	2.016	3.549	3.120	2.900
Japão	597	912	183	540	309	11
Coréia do Norte	89	103	100	102	300	350
Paquistão	482	182	198	789	597	478
Tailândia	1.064	1.591	2.113	849	1.046	946
Itália	345	435	363	240	450	439
Austrália	129	102	179	157	136	176
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	8	14	87	83	147	151
Outros	1.148	857	812	952	653	711
TOTAL	8.821	9.305	9.056	9.366	8.895	8.805

Fonte: TRADE YEARBOOK - FAO

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

Tabela 18.H

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE ARROZ - PAÍSES DESENVOLVIDOS, NÃO DESENVOLVIDOS E DE PLANIFICAÇÃO CENTRAL

Média do Período 73/75

(Em 1.000 t)

BLOCOS	PRODUÇÃO	%	EXPORTAÇÃO	%	IMPORTAÇÃO	%
DESENVOLVIDOS	23.402	7,11	2.816	31,21	1.053	11,63
- América do Norte	5.032		1.831		79	
- Oeste Europeu	1.718		539		800	
- Oceânia	368		156		7	
- Outros	16.284		290		167	
EM DESENVOLVIMENTO	181.458	55,09	2.680	29,71	6.205	68,54
- África	4.771		29		881	
- América Latina	12.348		387		565	
- Oriente Médio	4.511		196		779	
- Extremo Oriente	159.804		2.067		3.880	
- Outros	24		1		100	
PLANIFICAÇÃO-CENTRAL	124.498	37,80	3.526	39,08	1.795	19,83
- Ásia (planificados)	122.412		3.441		1.324	
- URSS e Parte da Europa	2.086		85		471	
TOTAL MUNDIAL	329.358	100	9.022	100	9.053	100

Fonte: FAO - TRADE YEARBOOK, PRODUCTION YEAR BOOK

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

TABELA 18.I

PREÇOS NO MERCADO INTERNACIONAL DE ARROZ, TRIGO, AÇÚCAR E MILHO - US$/t 1/

1969/76

ANOS	ARROZ	TRIGO	AÇÚCAR	MILHO
1969	305,63 (129)	85,55 (92)	128,76 (90)	85,76 (98)
1970	236,14 (100)	98,07 (105)	138,28 (97)	89,67 (102)
1971	167,21 (71)	96,14 (103)	161,02 (113)	87,20 (100)
1972	190,88 (81)	104,10 (112)	253,88 (178)	77,77 (89)
1973	459,63 (194)	186,72 (200)	290,46 (204)	115,42 (132)
1974	598,25 (253)	204,33 (219)	762,96 (535)	143,33 (164)
1975	361,65 (153)	140,15 (150)	477,00 (334)	120,35 (137)
1976	244,23 (103)	120,76 (130)	255,07 (179)	106,80 (122)

1/ deflacionado em valores de set/76

( ) números índices - base 69/71 = 100

Fonte: CFP

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

TABELA 18.J

ESTOQUES MUNDIAIS

1.000.000 t

74/75 = 100

74/75	75/76	76/77	77/78
12,0 (100)	17,9 (149)	15,6 (130)	14,7 (123)

Fonte: RICELETTER

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal: 9.052 = ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 - Rio de Janeiro - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo - representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

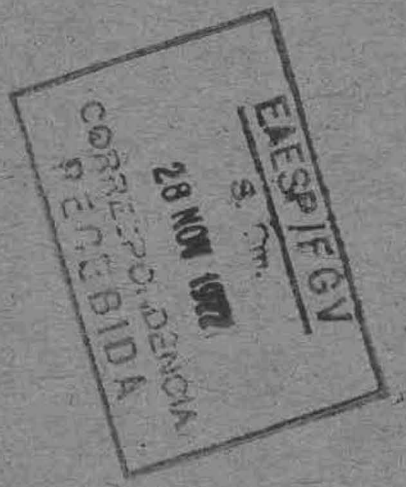
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais - Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais - Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais - Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatísticas e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas - Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica - Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados - Eugenio Decourt



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL